

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

“UM ESTADO PODE EXISTIR SEM MINAS, MAS NÃO PODE EXISTIR SEM PÃO”: A RIZICULTURA E A ILUSTRAÇÃO PORTUGUESA (1750-1808)¹

Alberto Camargo Portella
PPGHS/FFLCH/USP/Fapesp²
alberto.portella@usp.br

RESUMO:

Cereal produzido e consumido por diversos povos no globo, o arroz demorou para angariar um considerável espaço na Europa. No caso luso, apesar de o grão ser conhecido havia séculos, seu espaço foi alargado nos Setecentos. Tal fato esteve atrelado às transformações no mercado global do cereal no final da centúria e às mudanças econômicas, particularmente agrícolas, acarretadas pela Ilustração. Dessa forma, de cereal pouco importante na mesa portuguesa e pouco cultivado no terreno americano, ele se transformou em um dos principais produtos de exportação da América lusa no fim do século, responsável também por alimentar a população da metrópole. Cabe, portanto, avaliar o papel da rizicultura (o cereal e seu cultivo) na sociedade portuguesa do período e o modo como um produto relevante para o império foi percebido e avaliado nos escritos ilustrados. Analisando obras distintas, desde o diário de uma viagem de Hipólito José da Costa Pereira até alguns escritos publicados nos tomos das Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, o objetivo do texto será avaliar o papel concedido ao arroz, contrapondo sua importante participação na produção americana ao espaço a ele dedicado nos escritos da Ilustração portuguesa.

Palavras-chave: Arroz; Portugal; século XVIII.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No âmbito do reformismo ilustrado português, aqui considerado entre os anos de 1750 até o de 1808, os planos de diversificação agrícola e melhoramento técnico dos cultivos tiveram destaque. Diversos empreendimentos, entre os quais a criação de tipografias e de companhias comerciais, visaram sanar os problemas econômicos e agrícolas da época por meio de distintas perspectivas (NOVAIS, 2011, p. 223-227). Tais planos refletiram sobre o problema da balança comercial imperial, a necessidade de garantir a subsistência da população e os novos modos de conceber a riqueza

¹ Agradeço as sugestões e críticas ao texto feitas por Camilla Cristina Guelli, João Gabriel Covolan Silva, Isabela Rodrigues de Souza, Nicole Leite Bianchini e Thomáz Fortunato. Também expresse meus agradecimentos aos professores e pós-graduandos participantes do Simpósio Temático 89 – Histórias das Américas: novas abordagens historiográficas.

² Mestrando e bolsista FAPESP (processo 2019/12541-2).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

(MAXWELL, 1996; VELOSO, 1992; CARDOSO, 2019; CARDOSO, 2017). Nesse caso, conseqüentemente, a ecoada falta de pão, enquanto símbolo da subsistência da população, foi um problema a ser resolvido e não era novo (SERRÃO, 2007, p. 41).

No que respeita à alimentação dos portugueses, o trigo possuía um espaço relevante nas mesas, mas outros cereais se tornaram presentes, compensando a falta ou dificuldade para obter aquele desejado grão (REIS, 2009, p. 5; VELOSO, 1992). São bem conhecidas na literatura as tradicionais variações na forma de utilizar esse alimento, misturando diversos cereais e produzindo os pães meados, terçados etc. Nesse contexto, se o centeio, cevada e milho cumpriram um importante papel enquanto cereais alternativos, o arroz não deixou de constituir uma opção (FERREIRA, 2008, p. 106-107; COCLANIS, 2016).

Tendo sido domesticado em distintas partes do globo, inclusive na América, mas não em solo europeu, o arroz foi levado a Portugal e lá cultivado ao menos desde o século XIV³. Foi produzido e beneficiado em determinadas regiões do reino, destacando-se os pântanos do Alentejo e as regiões próximas aos rios Mondego e Vouga. Por outro lado, desde o início da colonização na América portuguesa, houve o cultivo de variedades selvagens ou já domesticadas para o consumo local ou, no máximo, para vendas restritas. A produção comercial, visando mercados mais amplos e a exportação para a metrópole, foi incentivada somente durante o período reformista do século XVIII (SHARMA, 2010, p. 1-24; MARIN, 2005, p. 80; HILBERT *et al*, 2017; VELOSO, 1992; CARNEY, 2017, p. 185-186).

Tal mudança produtiva esteve relacionada a amplos processos históricos ocorridos na Europa do século XVIII, como a industrialização, a urbanização e o crescimento demográfico continentais, fazendo com que o arroz ganhasse espaço nas mesas europeias. Na falta de outros grãos essenciais, o arroz serviu, desde o século XVI, “[...] como um suplemento para pequenos grãos mais familiares ou como um substituto durante tempos de escassez [...]” (COCLANIS, 2016, p. 25, tradução nossa)⁴. No século XVIII, de acordo com Peter Coclanis, o cereal foi um alimento básico alternativo, uma barata fonte de

³ De acordo com os estudos mais recentes, o arroz foi domesticado na Ásia, no oeste da África e no interior da América do Sul. Espécies selvagens existiram na América e até hoje podem ser encontradas e consumidas (CARNEY, 2017; HILBERT *et al*, 2017; SHARMA, 2010).

⁴ Tradução de: “[...] as a supplement to more familiar small grains or as a substitute during shortages”.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

carboidratos, alimentando principalmente as populações de baixa renda. Ao mesmo tempo, sua utilização na composição de banquetes demonstrava a amplitude social de seu uso alimentar. Para além disso, as mudanças então ocorridas abriram espaço para o seu uso industrial, tal como na confecção do papel e de bebidas alcóolicas. Ou seja, articularam-se os usos industriais aos alimentares, e, entre os últimos, percebe-se o papel básico, substitutivo e faustoso do arroz, atendendo às aspirações de distintas camadas populacionais (TOMICCH, 2011, p. 84; COCLANIS, 2005, p. 137; COCLANIS, 2016, p. 25-26; VELOSO, 1992; SERRÃO, 1996).

Se, por um lado, essas são as considerações referentes ao consumo (crescente tendo em vista o aumento da população), não se pode deixar de levar em conta os aspectos da produção. O arroz, embora não domesticado na Europa, foi cultivado com destaque comercial em algumas, ainda que poucas, partes do continente.

Para além das regiões lusas citadas, o cereal teve uma cultura de destaque na região de Valência, já no período medieval, e com maior importância comercial no norte da Península Itálica, nas margens férteis do rio Pó, desde ao menos o século XV. Foi essa última região, aliás, responsável por remessas ao norte da Europa, o maior mercado consumidor do continente, bem como para Portugal durante o século XVIII (MARÍ; PEYDRÓ, 2010, p. 693-694; FERRERO; VIDOTTO, 2010, p. 344-346; COCLANIS, 1989, p. 133-135; ALDEN, 1959, p. 534). Fora do espaço europeu, mas a ele intimamente relacionado, com o estabelecimento do cultivo comercial rizicultor na América setentrional, as colônias britânicas do *Lower South* tornaram-se importantes supridoras de arroz ao mercado europeu a partir do final do século XVII. A Carolina do Sul e a Geórgia se destacaram em tal panorama e Portugal foi um importante destino do arroz produzido na região (COCLANIS, 1989; COCLANIS, 1993).

Sem entrar em pormenores relacionados à produção, sabe-se que as remessas do cereal britânico para Portugal foram um dos alvos da política de substituição de importações, levada a cabo no final do século XVIII por meio dos projetos de diversificação agrícola e melhorias técnicas de cultivos luso-americanos. Com isso, o próprio peso do cereal na balança comercial com o estrangeiro pôde ser revisto. Significativo disso foi que uma lei datada de 1781 proibiu a importação de arroz vindo do exterior, tendo em vista que a produção portuguesa poderia atender a demanda

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

existente (VELOSO, 1992; CARNEY, 2017; NOVAIS, 2011, p. 254-268; SILVA, 1828, p. 300-301).

A RIZICULTURA EM ALGUNS ESCRITOS ILUSTRADOS

Não há apenas uma explicação para as mudanças ocorridas na balança de importação e exportação de arroz portuguesa no final do século XVIII. Aqui, o foco recai sobre o modo como determinados escritos ilustrados auxiliaram na configuração do conhecimento agrícola e rizicultor português. Para isso, serão analisadas sucintamente algumas produções originais ou traduções vindas à tona no final do século XVIII⁵.

A partir de 1750, com a nomeação de Sebastião José de Carvalho e Melo como secretário do governo luso, e mesmo após a ascensão de Dona Maria I, diversas medidas foram postas em ação com vistas a reequilibrar a situação econômica imperial. Mesmo com diferenças e transformações no discurso sobre a economia nesse meio século, houve continuidades no que respeita às medidas práticas de reforma agrícola, com vistas a diversificar os cultivos e dinamizar as técnicas produtivas. Se em alguns momentos pesou mais a situação da balança comercial, em outros o foco das medidas se baseou em novas concepções sobre a riqueza, seguindo ditames fisiocráticos, da Economia Política etc. (NOVAIS, 2011, p. 213-294; CARDOSO, 2019; CARDOSO, 2017; MAXWELL, 1996). Complexificando a questão, mesmo com continuidades evidentes, as reformas empreendidas no quarto final da centúria ocorreram em um contexto diverso, não só reformista mas de revoluções no mundo europeu e atlântico (exemplares são as Revoluções Americana e Francesa), diferenciando-o do período anterior de meados do século. Esse é, afinal, o contexto necessário para a compreensão das produções escritas do reformismo ilustrado luso-americano (POMBO, 2015, p. 51-56).

Se com Carvalho e Melo houve tentativas para reanimar a agricultura, o comércio e, inclusive, as indústrias portuguesas, tais ações tiveram seu complemento nas iniciativas editoriais, científicas e econômicas de finais do século XVIII. Concretizadas, por

⁵ Há outra explicação para a mudança no mercado arrozeiro português ocorrida no final do século XVIII. Além do incentivo dado à produção imperial portuguesa, o caos produtivo e comercial criado pela Revolução Americana atrapalhou as remessas de arroz britânico destinadas ao mercado português (DETHLOFF, 1982). Uma tentativa de conciliação dos dois argumentos e uma exposição sobre outras questões relacionadas ao mercado europeu de arroz são feitas em minha dissertação, em elaboração, “O arroz colonial no reformismo ilustrado português (1750-1808)”.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

exemplo, na criação da Academia Real das Ciências de Lisboa e, mais tarde, da Tipografia do Arco do Cego, tais medidas provêm a base para a análise aqui empreendida (MAXWELL, 1996; NOVAIS, 2011, p. 213-294; POMBO, 2015, p. 30).

Para compreender os termos pelos quais a agricultura imperial foi reorganizada, tecendo ligações aos demais ramos da economia, cabe destacar alguns escritos de Domingos Vandelli presentes nas Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa (ARRUDA, 2000, p. 69). Os escritos desse professor paduano, em Portugal desde 1764, podem auxiliar na compreensão de algumas das linhas de força dos projetos reformistas voltados à agricultura imperial (DALLA COSTA, 2017, p. 12-19).

Nas várias memórias escritas por Vandelli e publicadas pela Academia Real em 1789, o autor avaliou o espaço da agricultura no desenho imperial. Argumentou que mudanças seriam ocasionadas por meio de um consórcio entre a instrução, materializada nos livros, e uma legislação eficaz colocada em prática por meio, por exemplo, da concessão de prêmios. Tudo isso foi proposto tendo em vista a má situação agrícola do Reino e de suas colônias. Problema que o escritor relacionou, por sua vez, à própria expansão ultramarina portuguesa, pois, afinal, trocando os produtos coloniais por importações de grãos etc., Portugal se tornou “[...] um depositário por breve tempo das riquezas das suas colônias, por isso mesmo que se via obrigado a comutá-las pelos gêneros que a incúria da agricultura e da indústria lhe faziam indispensáveis [...]” (VANDELLI, 1990a, p. 127-132 e 134; VANDELLI, 1990e, p. 191).

Todavia, os problemas agrícolas tinham outras razões, como a falta de cultivadores, os impostos ou os problemas nos transportes. Com base nisso e como forma de solução, Vandelli expôs diversos artigos que poderiam ser mais bem explorados no império. Essa seria uma forma, aliás, de evitar as constantes importações do estrangeiro e de criar novos ganhos para o império luso-americano (VANDELLI, 1990b, p. 136-142; VANDELLI, 1990c; VANDELLI, 1990d, p. 170; VANDELLI, 1990e, p. 190).

Envolvendo a realidade produtiva da América portuguesa, Vandelli argumentou que as nações que prezavam pela agricultura, artes e comércio auferiam maiores riquezas, paradoxalmente, do que aquelas que possuíam minas de ouro, como era o caso de Portugal. Consequentemente, para o autor, a riqueza lusa deveria ter outra origem, sendo cultivada nos campos ou obtida diretamente da natureza americana. Sem surpresas, havia

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

espaço para os grãos, tão necessários à alimentação metropolitana, e o primeiro item citado foi o arroz (VANDELLI, 1990c, p. 143-144)⁶. Segundo o professor paduano,

O arroz [*Oryza mutica*], planta própria também do Brasil, pelo zelo patriótico do excelentíssimo senhor Martinho de Mello e Castro [...], vem já em abundância do Brasil, quando antes todo se comprava da Carolina, a qual no ano de 1740 ganhou com ele 80.000 libras esterlinas, das quais a maior parte pagou Portugal (VANDELLI, 1990c, p. 144).

Vandelli, aparentemente, conferiu elevada importância à produção rizicultora, a ponto de o cereal ser o primeiro exemplo citado. Vê-se, ademais, a ausência de críticas ao seu cultivo e a implícita necessidade de substituir, por meio da produção luso-americana, as importações vindas justamente das colônias britânicas da América do norte. Em seu texto, o autor aliou a enumeração das produções naturais a determinadas questões econômicas relativas ao império português. Nesse contexto, o arroz luso-americano ganhou espaço, um item cuja importação deveria continuar a ser substituída (VANDELLI, 1990c, p. 144 e 155).

Para além desses escritos originais, o reformismo luso-americano também foi marcado por traduções de obras estrangeiras, com vistas à emulação de práticas consideradas superiores. Um dos alvos foi a obra *American Husbandry*, publicada anonimamente em 1775, em Londres, e traduzida em Portugal com o título *Cultura Americana* em 1799 (MARQUESE, 2004, p. 232 e 420).

A obra fez um longo e detalhado apanhado sobre as características naturais e produtivas das colônias britânicas na América e entre elas estavam, por exemplo, a Carolina do Sul, a Carolina do Norte e a Geórgia, locais em que a produção de arroz foi referenciada (*Cultura Americana...*, v. 1, 1799, p. 287 – 419; *Cultura Americana...*, v. 2, 1799, p. 3 – 54). Cabe relacionar, rapidamente, algumas considerações aí tecidas sobre o arroz e sua cultura, tendo em vista que tais ideias foram disponibilizadas aos luso-americanos, auxiliando na construção da imagem da rizicultura para esses leitores, complementando os pontos de vistas anteriormente apresentados por Vandelli.

⁶ Vandelli ainda discorreu sobre a importância dos transplantes botânicos. Suas considerações resvalaram na ideia de substituir importações e na de emular práticas alheias. Sinal, aliás, da intensa competição econômica do período (VANDELLI, 1990c, p. 145-146, 149-150 e 152). Por fim, é interessante frisar que o autor sinalizou a importância da agricultura, priorizando-a ante outros ramos da economia, como a produção industrial, apesar de vê-la em relação com os empreendimentos fabris (VANDELLI, 1990d, p. 169; VANDELLI, 1990e, p. 186, 191 e 193).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Ao discutir a situação da Carolina do Sul, principal produtora do cereal, o autor anônimo resumiu boa parte de sua argumentação sobre o arroz e a rizicultura. Apesar da importância do cereal, para a colônia e a metrópole, e de gastar tinta com a descrição do cultivo e processamento do grão, o autor defendeu que os novos habitantes ocupassem o interior da colônia, local em que cultivariam itens mais valiosos. Assim, escapariam do ambiente insalubre dos arrozais na costa. Reforçando suas críticas, demonstrou como tal produção prejudicaria até mesmo as finanças senhoriais, por meio das reposições de cativos que, afinal, adoeceriam nos campos de produção (*Cultura Americana...*, v. 1, 1799, p. 323-341, 344-345 e 382-383). Sua opinião era bem explícita:

O leitor deve observar nesta relação que a cultura desta planta é terrível; pois a poder-se imaginar um trabalho particularmente mal são, e ainda fatal à saúde deve ser o de estar, como os negros, metido até os artelhos, e ainda meia perna, em água, que cobre um lodo atoladiço, e exposto em todo esse tempo a um sol abrasador, que faz o mesmo ar que eles respiram mais quente que o sangue humano. Estes pobres miseráveis estão então em uma fornalha de eflúvios fétidos e podres: apenas se pode imaginar um emprego mais horrível, não é muito inferior ao de cavar no Potosí [...] (*Cultura Americana...*, v. 1, 1799, p. 340).

Assim foi resumida boa parte das considerações do autor sobre o cultivo de arroz nas colônias britânicas. Podia ser uma cultura comercialmente importante, mas seu ambiente de cultivo trazia enormes prejuízos. Ademais, não se pode deixar de frisar que o escritor também visou um rearranjo político: o arroz colonial britânico competia com o trigo exportado pela metrópole nos mercados europeus. Portanto, aliados à crítica do ambiente de cultivo arrozeiro, havia interesses políticos e comerciais que visavam rever o espaço comercial desse cereal, impedindo que ele atrapalhasse as vendas de outros cultivos britânicos (*Cultura Americana...*, v. 1, 1799, p. 344-345 e 382-383; MARQUESE, 2004, p. 233-236).

Tal tradução foi publicada em Portugal e, potencialmente, pôde ser lida por alguns atores da época, como os letrados ou os membros da governação. Auxiliou, afinal, na configuração do pensamento luso-americano sobre a agricultura e, mais particularmente, sobre a rizicultura imperial (MOURA, 2012, p. 1).

Contudo, os planos da monarquia lusa não se restringiram ao projeto editorial. Como complemento de tais iniciativas, reforçando mais uma vez a emulação de práticas estrangeiras, houve viagens patrocinadas pela Coroa a distintas partes do globo. Uma delas foi a de Hipólito José da Costa Pereira aos Estados Unidos da América entre 1798

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

e 1800. Hipólito, enquanto viajante naturalista, teve de observar os cultivos e as técnicas de produção ali postos em prática e o arroz, enquanto cultura tradicional e relevante para o sul dos EUA, não escapou de suas constantes anotações, inscritas em um diário dedicado à viagem (BUVALOVAS, 2011, p. 20 e 57-58).

Mesmo que o cereal não tenha recebido tanta atenção dele como o cânhamo ou o açúcar de bordo, as anotações revelaram aspectos interessantes do empreendimento reformista luso. Hipólito indicou questões relacionadas ao consumo, comércio e produção do cereal e em certos momentos foi explícito ao afirmar o potencial exemplo que as práticas rizicultoras norte-americanas poderiam oferecer aos agricultores portugueses (PEREIRA, 2004; PEREIRA, 1858).

Sobre o consumo do cereal, notou a existência de preferências mercantis pelos tipos variados de arroz. Sua experiência o fez crer que o arroz da Carolina tinha um gosto mais aprazível do que o daquele cultivado na América portuguesa. Ao mesmo tempo, tais preferências, provavelmente, fariam as diversas variedades do grão terem preços distintos em Londres (PEREIRA, 2004, p. 58-59). Hipólito, portanto, não desconsiderou a seção final da cadeia comercial do grão, algo necessário para bem organizar a produção luso-americana: para que a cultura surtisse os desejados efeitos, os anseios dos consumidores também deveriam ser levados em conta.

No diário, por outro lado, o autor também apresentou informações sobre a produção do grão no sul dos EUA. Citou a utilização de máquinas de descasque e o plantio em terrenos inundados. Todavia, de modo mais sistematizado, Hipólito resumiu suas considerações sobre o cultivo e o processamento do arroz em uma memória apresentada a dom Rodrigo de Sousa Coutinho em 1801, espécie de compilado oficial de suas observações no estrangeiro (PEREIRA, 2004, p. 112; BUVALOVAS, 2011, p. 21 e 64-74):

O modo por que na Carolina e Geórgia, plantam, regam e cuidam do arroz, é diferente do que se pratica no Brasil. Não posso julgar qual dos métodos seja preferível, porém, suponho que deve ser vantajoso fazer saber aos nossos agricultores brasileiros, outro método que o que eles usam, deixando à sua experiência o determinar qual é melhor. Os diferentes engenhos, porém, que os americanos têm inventado para descascar o arroz, não podem deixar de ser aceitáveis aos nossos agricultores do Brasil, pois sei que eles não conhecem outro método para esta operação que o pilão sempre movido a braço de homens. Estes mesmos pilões sendo trabalhados por um moinho de água, quebram muito menos o arroz que quando são moídos a braço; e isto pela uniformidade do movimento [...] (PEREIRA, 1858, p. 322).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Veem-se as considerações sobre o cultivo do grão que, para o autor, mereceriam a atenção dos lavradores luso-americanos. As informações são interessantes e demonstram o empenho do viajante, mesmo que ele tenha exagerado no desconhecimento dos portugueses acerca da utilização e benefícios dos engenhos de descasque (ALDEN, 1959). Suas notas, baseadas numa viagem de observação, podem ter auxiliado a moldar a percepção sobre tal cultivo em Portugal, em conjunção às demais considerações sobre a agricultura e a rizicultura tecidas por outros portugueses. É nesse cenário em que se compreende um escrito voltado com particularidade ao arroz, publicado em 1800 na Tipografia do Arco do Cego.

A “Memória sobre a cultura do arros [sic] em Portugal, e suas conquistas” foi escrita por Vicente Coelho de Seabra Silva Telles com o objetivo de demonstrar alguns problemas e transformações relativos à agricultura em Portugal. Dentro desse objetivo, o autor buscou responder a certas críticas feitas ao cultivo do arroz, utilizando argumentos científicos e históricos, concluindo, enfim, que o cultivo do grão não seria a causa das tão temidas epidemias. Com bons métodos, a cultura não traria problemas à saúde dos portugueses (TELLES, 1800).

Em seguida, dedicou espaço à descrição do cultivo arroeiro, no Reino e nos domínios ultramarinos, e à explicação das atividades envolvidas na ceifa, debulha e descasque do cereal. Regulada de bom modo essa cultura, o império teria “[...] mais um fecundo meio de subsistência deste gênero, sem depender do que lhe vem de fora, sujeito a milhares de acasos” (TELLES, 1800, p. 14-25). Ou seja, com o cultivo bem orientado, os portugueses não teriam prejuízos e somente galgariam benefícios para sua população e finanças imperiais. O que, aliás, não pode deixar de lembrar as considerações antes feitas por Domingos Vandelli. Suas respostas às opiniões contrárias ao cereal, por outro lado, são um contraponto à argumentação apresentada na obra *Cultura Americana*.

Por um lado, Portugal contaria com mais um item de subsistência, complementando a oferta dos outros cereais costumeiros. Por outro, a substituição das importações garantiria o desaperto na balança de pagamentos e certa autonomia alimentar. O discurso de Telles, afinal, foi amplo e um tanto lírico. Em suas palavras, “[...] [e]u já disse [...] e agora torno a dizer que toda a Nação que depende de alimento

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

estrangeiro, é uma Nação de escravos. Um Estado pode existir sem minas, mas não pode existir sem pão” (TELLES, 1800, p. 27). Com o pão garantido pelos arrozais, para o autor, Portugal não mais seria um país de escravos.

O IMPACTO DA ILUSTRAÇÃO NO TERRENO LUSO-AMERICANO

As informações e opiniões acerca da cultura do arroz auxiliaram na configuração do espaço do cereal nas determinações políticas e econômicas do governo português. Isso não significou que toda a opinião sobre o grão e seu cultivo se deveu somente a acontecimentos e decisões ocorridos no século XVIII. Afinal, a própria cultura do cereal datava de vários séculos antes, tanto no Reino como nas colônias do ultramar, fazendo com que as visões sobre a planta e a produção estivessem em contínua determinação há um longo tempo. Relacionado a isso, as considerações tecidas sobre a agricultura e a rizicultura, em fins do século XVIII, podem auxiliar na explicação sobre o desenvolvimento da cultura comercial do grão em terreno luso-americano, ocorrida na metade final dessa centúria. Assim, vê-se uma possível relação entre as ideias reformistas e a materialidade produtiva na América portuguesa.

Se, como dito anteriormente, as publicações originais, as traduções ou as observações de viagens formaram uma das bases para a tomada de decisões políticas no Reino ou criaram um rol de textos lidos e discutidos por ilustrados luso-americanos, isso se deveu também ao modo como os estudos científicos foram interpretados no período: enquanto base de melhorias na economia e política imperial, atraíram a atenção dos diversos atores citados (VILAGRA, 2017, p. 105; VANDELLI, 1990e, p. 193). Tais estudos, textos e discussões foram resultado e, ao mesmo tempo, fatores de impulso do movimento reformista mais amplo, que buscava melhorias econômicas para o império. Ademais, também podem ter afetado a realidade agrícola na América portuguesa ao serem para lá enviados e poderem influenciar a ação dos lavradores luso-americanos, por mais que possam não ter tido a recepção esperada entre os potenciais leitores da colônia (WEGNER, 2004). De toda forma, as obras ecoam o modo como a agricultura e a rizicultura foram avaliadas no período e demonstram a relação entre as ideias reformistas e a prática rizicultora na América.

Apesar de existirem opiniões contrárias à rizicultura, evidenciadas anteriormente, ela foi desenvolvida com sucesso em distintas partes da América lusa. Além disso, a

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

emulação de práticas e a busca de conhecimentos agrônomos podem ter conferido importantes aportes ao cultivo de arroz: se esse seria um gênero comercial a contribuir para as receitas imperiais, como destacado por Vandelli e Telles, as melhores práticas e conhecimentos deveriam ser buscados, algo atestado na escrita e publicação das fontes anteriormente analisadas, como a de Hipólito José Pereira oferecida a dom Rodrigo de Sousa Coutinho⁷. A reavaliação sobre o papel da agricultura e da rizicultura, sinalizada pela produção editorial, pode, assim, ser relacionada à dinamização da produção de arroz na América portuguesa. Locais como o Maranhão, o Pará, o Rio de Janeiro e São Paulo puderam se destacar na produção do cereal, fazendo do arroz um item de destaque nos domínios luso-americanos no final do período colonial, elencado na quinta posição da pauta de exportações dessa região (ARRUDA, 1980, p. 353-354 e 392-398).

Se, por um lado, o arroz se destacou entre os artigos exportados da América portuguesa no período, por outro, tal sucesso produtivo e comercial deve ser avaliado ante os movimentos do mercado mundial dessa mercadoria e os planos reformistas portugueses. No caso dos últimos, o arroz foi abordado em algumas traduções e trabalhos originais, de modo positivo e negativo, mas pouco espaço foi dado a ele de modo exclusivo, figurando como assunto principal de poucas memórias⁸. Ainda assim, o movimento reformista mais amplo, dedicado às mudanças econômicas e agrícolas vistas como necessárias a Portugal, teve seu papel na dinamização de tal cultivo. Ao mesmo tempo, é preciso avaliar o impacto dos escritos ilustrados nessas determinações e nos campos rizicultores do império português.

FONTES

⁷ A relação, todavia, não era unidirecional: a realidade produtiva da América podia contrariar as ideias teorizadas pelos ilustrados. Exemplos são as constantes disputas sobre o uso do arado em terras americanas (NAVARRO, 1799) ou o fato de Hipólito da Costa desconhecer a existência de engenhos de descasque na colônia e sugerir o seu uso com base em sua viagem aos EUA (PEREIRA, 1858, p. 322; ALDEN, 1959).

⁸ Em contexto colonial, para além da obra citada de Telles, sabe-se da existência de outros escritos dedicados ao arroz com particularidade, ainda que sejam poucos: há uma memória de autoria de Theodorico C. de Chermont e outra publicada na Revista do IHGB, que Dalla Costa atribui a Vandelli (DALLA COSTA, 2017, p. 57). Tais fontes estão referenciadas ao final deste trabalho. Esse assunto é discutido em minha dissertação com mais vagar.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

CHERMONT, T. C. de. Memoria sobre a introdução do arroz branco no Estado do Gram-Pará... **Revista Trimestral do Instituto Historico, Geographico e Etnographico do Brazil**, Rio de Janeiro, t. XLVIII, p. I, p. 79-84, 1885.

Cultura Americana que conte'm huma relação do terreno, clima, producação, e agricultura das colonias britanicas no norte da America, e nas Indias Occidentais... Vol. I... Tradução de José Feliciano Fernandes Pinheiro. Lisboa: Oficina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1799.

Cultura Americana que conte'm huma relação do terreno, clima, producação, e agricultura das colonias britanicas no norte da America, e nas Indias Occidentais... Vol. II... Tradução de Antonio Carlos Ribeiro d'Andrade. Lisboa: Oficina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1799.

Memórias sobre a produção do trigo, arroz e outros grãos. **RIHGB**, Rio de Janeiro, a. 163, n. 416, p. 145-148, 2002.

NAVARRO, J. G. de M. **Discurso sobre o melhoramento da economia rustica do Brazil, pela introdução do arado, refórma das fornalhas, e conservação de suas mattas...** Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1799.

PEREIRA, H. J. da C. **Diário da minha viagem para Filadélfia (1798-1799)**. Brasília: Senado Federal, 2004.

PEREIRA, H. J. da C. Memória sobre a viagem aos Estados-Unidos por Hippolyto José da Costa Pereira. **RIHB**, Rio de Janeiro, t. XXI, p. 316-328, 1858 [2ª edição, 1930].

SILVA, A. D. da. **Colecção da legislação portugueza desde a ultima compilação das ordenações, redegida pelo desembargador Antonio Delgado da Silva. Legislação de 1775 a 1790**. Lisboa: Typografia Maignense, 1828.

TELLES, V. C. de S. S. **Memoria sobre a cultura do arros em Portugal, e suas conquistas...** Lisboa: Casa Literária do Arco do Cego, 1800.

VANDELLI, D. Memória sobre a agricultura deste reino, e das suas conquistas. *In: Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815). Tomo I*. Lisboa: Banco de Portugal, 1990a.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

VANDELLI, D. Memória sobre algumas produções naturais deste reino, das quais se poderia tirar utilidade. *In: Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815). Tomo I.* Lisboa: Banco de Portugal, 1990b.

VANDELLI, D. Memória sobre algumas produções naturais das conquistas, as quais ou são pouco conhecidas, ou não se aproveitam. *In: Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815). Tomo I.* Lisboa: Banco de Portugal, 1990c.

VANDELLI, D. Memória sobre as produções naturais do reino, e das conquistas, primeiras matérias de diferentes fábricas, ou manufacturas. *In: Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815). Tomo I.* Lisboa: Banco de Portugal, 1990d.

VANDELLI, D. Memória sobre a preferência que em Portugal se deve dar à agricultura sobre as fábricas. *In: Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815). Tomo I.* Lisboa: Banco de Portugal, 1990e.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDEN, D. Manoel Luís Vieira: an entrepreneur in Rio de Janeiro during Brazil's eighteenth century agricultural renaissance. *The Hispanic American Historical Review*, Durham, v. 39, n. 4, p. 521-537, 1959.

ARRUDA, J. J. de A. Decadência ou crise do império luso-brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII. *Revista USP*, São Paulo, n. 46, p. 66-78, 2000.

ARRUDA, J. J. de A. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Editora Ática, 1980.

BUVALOVAS, T. H. *Hipólito da Costa na Filadélfia (1798-1800)*. São Paulo: Hucitec, 2011.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

CARDOSO, J. L. D. Rodrigo de Sousa Coutinho em Turim: cultura económica e formação política de um diplomata ilustrado. *In*: DA MOTA, I. F.; SPANTIGATI, C. E. (coords.). **Tanto ella assume novitate al fianco**: Lisboa, Turim e o intercâmbio cultural do século das luzes à Europa pós-napoleónica. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.

CARDOSO, J. L. Genovesi e a economia política ilustrada em Portugal. **Cultura – Revista de História e Teoria das Ideias**, Lisboa, v. 36, p. 205-216, 2017.

CARNEY, J. A. **Black Rice**: the Africans origins of rice cultivation in the Americas. Cambridge/London: Harvard University Press, 2001.

CARNEY, J. A. O arroz africano na história do Novo Mundo. **Fronteiras: journal of social, technological and environmental science**, Anápolis, v. 6, n. 2, p. 182-197, 2017.

COCLANIS, P. A. Distant Thunder: the creation of a world market in rice and the transformation it wrought. **The American Historical Review**, Bloomington, v. 98, n. 4, p. 1050-1078, 1993.

COCLANIS, P. A. Global perspectives on the early economic history of South Carolina. **The South Carolina Historical Magazine**, Charleston, v. 106, n. 2/3, p. 130-146, 2005.

COCLANIS, P. A. The road to commodity hell: the rise and fall of the first American rice industry. *In*: FOLLETT, R. *et al.* **Plantation Kingdom**: The American South and its global commodities. Baltimore: John Hopkins University Press, 2016.

COCLANIS, P. A. **The shadow of a dream**: economic life and death in the South Carolina Low Country, 1670 – 1920. New York/Oxford: Oxford University Press, 1989.

DALLA COSTA, R. **Ciências naturais e econômicas na obra de Domingos Vandelli (1735-1816)**. 2017. 116 p. Tese (Doutorado em História da Ciência) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

DETHLOFF, H. C. The colonial rice trade. **Agricultural History**, Kennesaw, v. 56, n. 1, p. 231-243, 1982.

FERREIRA, N. A alimentação portuguesa na Idade Medieval. **Alimentação Humana**, Porto, v. 14, n. 3, p. 104-114, 2008.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

FERRERO, A.; VIDOTTO, F. History of rice in Europe. *In*: SHARMA, S. (ed.). **Rice: origin, antiquity, and history**. Enfield/Boca Raton: Science Publishers/CRC Press, Taylor & Francis Group, 2010.

HILBERT, L. *et al.* Evidence for mid-Holocene rice domestication in the Americas. **Nature Ecology & Evolution**, London, v. 1, n. 11, p. 1693-1698, 2017.

MARÍ, R. B.; PEYDRÓ, R. J. Crónicas de arroz, mosquitos y paludismo en España: el caso de la provincia de Valencia (s. XVIII – XX). **Hispania – Revista Española de Historia**, Madrid, v. LXX, n. 236, p. 687-708, 2010.

MARIN, R. E. A. Agricultura no delta do rio Amazonas: colonos produtores de alimentos em Macapá no período colonial. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 8, n. 1, p. 73-114, 2005.

MARQUESE, R. de B. **Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MAXWELL, K. **Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo**. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MOURA, R. A. de. O legado da Oficina e Tipografia do Arco do Cego e textos para a colônia americana: Mineiro do Brasil. *In*: SILVA, M. R. B. da; HADDAD, T. A. S. (orgs.). **Anais do 13º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia**. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de História da Ciência, 2012.

NOVAIS, F. A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 9ª edição. São Paulo: Hucitec, 2011.

POMBO, N. **Dom Rodrigo de Sousa Coutinho: pensamento e ação político-administrativa no império português (1778-1812)**. São Paulo: Hucitec, 2015.

REIS, J. P. L. Comer no século XVIII, segundo Francisco da Fonseca Henriques. **Alimentação Humana**, Porto, v. 15, n. 1, p. 3-8, 2009.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

SERRÃO, J. V. A agricultura portuguesa no século XVIII: progresso ou atraso?. *In*: MOTTA, M. M. M. (org.). **Terras lusas: a questão agrária em Portugal**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2007.

SERRÃO, J. V. População e rede urbana nos séculos XVI-XVIII. *In*: OLIVEIRA, César (dir.). **História dos municípios e do poder local (dos finais da Idade Média à União Européia)**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

SHARMA, S. D. Domestication and diaspora of rice. *In*: SHARMA, S. D. **Rice: origin, antiquity, and history**. Enfield/Boca Raton: Science Publishers/CRC Press, Taylor & Francis Group, 2010.

TOMICH, D. **Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial**. São Paulo: EDUSP, 2011.

VELOSO, C. **A alimentação em Portugal no século XVIII nos relatos dos viajantes estrangeiros**. Coimbra: Minerva Histórica, 1992.

VILAGRA, B. R. **Manuel Joaquim Rebelo e o pensamento econômico português na crise do império luso-brasileiro**. 2017. 223 p. Tese (Doutorado em História Econômica) – FFLCH, USP, São Paulo, 2017.

WEGNER, R. Livros do Arco do Cego no Brasil Colonial. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 131-140, 2004. Suplemento 1.